



Índice

- 01** [Índios tomam agência bancária em Iguatemi](#)
- 02** [Mesa redonda discute em MS futuro de indígenas no pós demarcação](#)
- 03** [CLP e Grupo de Terras Indígenas promovem debates](#)
- 04** [Em defesa das sociedades indígenas](#)
- 05** [Índios Guató estão sem água potável em Corumbá](#)
- 06** [Estudos no Tapajós prosseguem a partir desta segunda-feira, 12](#)
- 07** [Encontro debate saúde e realidade dos Povos Indígenas](#)
- 08** ["Diversidades" traz a riqueza indígena para a Unicamp](#)
- 09** [Questão indígena: PEC 215 será discutida na Câmara nesta terça](#)
- 10** [Indígenas realizarão protesto na Esplanada dos Ministérios nesta terça-feira \(13\)](#)



Índios tomam agência bancária em Iguatemi

SÍTIO A GAZETA NEWS, 12.08.2013

Vilson Nascimento

Um grupo de indígenas guarani-ñhandeva, segundo as informações, oriundos da Aldeia Porto Lindo, no município de Japorã, tomaram na manhã dessa segunda-feira, 12 de agosto, a agência do Banco Bradesco, em Iguatemi.

Pintados para guerra, armados com armas artesanais tipo "tacape" e munidos de cartazes, os guaranis se aglomeraram na porte da agência bancária impedindo a entrada e saída de pessoas.

Informações repassadas a reportagem do A GazetaneWS dão conta que o manifesto ocorre por problemas no recebimento dos benefícios.

Segundo os indígenas é comum beneficiários chegarem à agência bancária para sacar o benefício e o banco informar que tal benefício já foi sacado por outra pessoa.

Uma equipe da Polícia Militar de Iguatemi está no local tentando tomar pé da situação.

Comércios das imediações do banco, que fica no coração comercial de Iguatemi, inclusive um supermercado, fecharam as portas por conta do manifesto.

Fonte: A Gazeta News



Mesa redonda discute em MS futuro de indígenas no pós demarcação
SÍTIO AGRO DEBATE, 12.08.2013

Uma mesa redonda que está sendo realizada durante toda esta segunda-feira (12) no plenarinho da Assembleia Legislativa de Campo Grande se propõe a discutir o futuro das comunidades indígenas do Estado após concluídos os processos demarcatórios de novas reservas ou de ampliação das áreas já existentes.

O evento é um desdobramento do 4º Seminário Internacional Açúcar Ético, promovido em novembro do ano passado em Dourados e está sendo promovido pelas organizações não-governamentais Açúcar Ético, da França, e Instituto de Meio Ambiente e Desenvolvimento (IMAD), que tem sede em Mato Grosso do Sul.

O presidente da Açúcar Ético, Olivier Geneviève, explicou que com a questão das disputas fundiárias envolvendo indígenas e produtores rurais no Estado caminhando para uma solução, com a União utilizando Títulos da Dívida Agrária (TDAs) para comprar áreas reivindicadas pelos índios, a discussão que surge é o que vai ocorrer após a conclusão desse processo.

“Os indígenas vão receber a terra e o que vai acontecer com eles depois. Temos que buscar alternativas sustentáveis para que eles consigam sobreviver de forma digna nessas áreas, para que não fiquem dependentes de uma cesta básica do governo”, explicou.

Justamente por suas atividades estarem próximas a essas comunidades e por poderem contribuir com propostas para auxiliar nesse processo de desenvolvimento sustentável, Geneviève diz que foram convidados a participar das discussões representantes de entidades ligadas ao agronegócio, como a Associação dos Produtores de Bionergia (Biosul) e a Federação de Agricultura e Pecuária

do Estado (Famasul).

O coordenador da Comissão de Agroenergia da Famasul, Luiz Alberto Moraes Novaes (Mandi), ressaltou que uma das principais ações em meio a esse processo é o da reconstrução da convivência pacífica entre indígenas e produtores rurais. “O setor produtivo pode contribuir muito para melhorar a qualidade de vida dessas comunidades. Com a sinergia e a soma de esforços para caminhar da melhor forma nesse sentido”, comentou.

A chefe do Serviço de Gestão Ambiental e Territorial da Regional de Ponta Porã da Fundação Nacional do Índio (Funai), Juliana Vieira, disse que o grande objetivo é que essas comunidades indígenas tenham acesso as mesmas políticas públicas que têm as populações que vivem nas regiões urbanas e rurais do País.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 144 / 2013

Brasília, 13 de agosto de 2013.

Já o presidente da Biosul, Roberto Holanda, diz que o setor está aberto a discussão e disposto a participar de projetos na área de sustentabilidade que envolvam as comunidades indígenas. Ele lembrou ainda que o segmento é comprometido com a sustentabilidade e implementa mais de 30 projetos sociais e ambientais em Mato Grosso do Sul.

Por sua vez, o deputado estadual Laerte Tetila, que propôs a realização do evento na Assembleia Legislativa, revelou que espera que a mesa redonda contribua com propostas que possam efetivamente auxiliar a melhorar a qualidade de vida das populações indígenas do Estado.



CLP e Grupo de Terras Indígenas promovem debates

SÍTIO GENTE DE OPINIÃO, 12.08.2013

A Comissão de Legislação Participativa (CLP) e o Grupo de Terras Indígenas, criado durante o Abril indígena após pressão dos povos indígenas para deter a tramitação da PEC 215/2000, promove o segundo ciclo de debates nesta terça-feira, 13 e quinta-feira, 15, sobre a demarcação de terras indígenas e outras questões relacionadas a projetos de lei que retiram direitos indígenas garantidos na Constituição de 1988.

Nesta terça-feira, a discussão vai abordar a constitucionalidade da Proposta de Emenda à Constituição 215/2000 que inclui dentre as competências exclusivas do Congresso Nacional a aprovação de demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e a ratificação das demarcações já homologadas. O jurista Dalmo Dallari, que tem se manifestado contra a PEC 215, será um dos expositores. O ministro da Justiça foi convidado, mas ainda não confirmou presença.

Coordenador da Frente Parlamentar de Apoio aos Povos Indígenas, o deputado federal Padre Ton (PT-RO) impetrou no Supremo Tribunal Federal (STF) na última quinta-feira, 8, juntamente com outros 22 deputados, Mandado de Segurança para barrar a tramitação da PEC 215/2000. O relator da ação já foi designado - é o ministro Roberto Barroso.

Na quinta-feira, 15, a segunda audiência pública será uma oitiva de representantes da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), da Fundação Nacional do Índio (Funai) e da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) sobre a suposta suspensão da demarcação das terras indígenas do Paraná, anunciada pela ministra da Casa Civil Gleisi Hoffmann, em razão de um laudo produzido pela Embrapa que contesta o trabalho da Funai naquele Estado.

Essa audiência foi proposta pelo deputado Padre Ton, mediante o Requerimento nº 72/2013. O laudo da Embrapa, segundo o Instituto Socioambiental (ISA), não existe. Padre Ton pediu esse documento, através de Requerimento de Informações, à Embrapa e Casa Civil, mas até agora não houve manifestação.

Programação

Terça-feira, 13 de agosto (Plenário 3)

14h30 – Painel: Constitucionalidade da PEC 215/2000.

EXPOSITORES CONVIDADOS: José Eduardo Cardoso, ministro da Justiça; Carlos Frederico Marés, professor da PUC-PR, ex-procurador do Estado do Paraná, ex-presidente da FUNAI; deputado Osmar Serraglio, relator da PEC 215/2000; ex-deputado Almir Sá, autor da PEC

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 144 / 2013

Brasília, 13 de agosto de 2013.

215/2000; Dalmo Dallari, jurista; e representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB).

Quinta-feira, 15 de agosto (Plenário 3)

9h30 – Painel: Suspensão da demarcação das terras indígenas no Paraná.

EXPOSITORES CONVIDADOS: José Eduardo Cardoso, ministro da Justiça; Maurício Antônio Lopes, presidente da EMBRAPA; Maria Augusta Boulitreau Assirati, presidente da FUNAI; Levi Pereira, professor da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD); Ricardo Verdun, Professor da Universidade de Brasília (UnB); e representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB).

Fonte: Mara Paraguassu



Em defesa das sociedades indígenas

SÍTIO SENADO FEDERAL, 12.08.2013

Direitos

No Dia Internacional dos Povos Indígenas, na ONU, manifestações em todo o Brasil visam defender os direitos indígenas. Defender as sociedades indígenas é defender a própria existência

Felipe Milanez

Hoje é dia de ir pra rua. Dia de ato. Dia do Ato Nacional às Causas Indígenas, ou #AtoIndígena. Nas cidades, em São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, onde haja mobilizações. Ou mesmo em Etenhiritipá, Tureidjam, Ipatse, Nova Esperança, nas aldeias aonde a luta política para a sobrevivência dos indígenas é diária.

Hoje é o "dia do índio" formalmente declarado pela ONU, cujo tema do dia é: "Povos indígenas construindo alianças: honrando tratados, acordos e outros arranjos construtivos". Hoje é um dia, nesse sentido, para se lutar em defesa do cumprimento de normas jurídicas em defesa dos índios. No Brasil, que passa por um momento de retrocessos históricos de direitos indígenas, o dia de hoje ganha uma importância ainda maior. É um dia, mas que deve se estender por uma semana, talvez um mês, de intensas mobilizações, pois é um período chave para a defesa das sociedades indígenas em meio a agitadas articulações de setores anti-indígenas no Governo Federal e no Congresso Nacional. E a defesa das sociedades indígenas é, na verdade, a defesa da sociedade.

Os povos indígenas, em todo o mundo, enfrentam um grande desafio para sobreviver. Suas terras preservadas estão sempre na mira de grandes interesses, seja mineração, agronegócio, madeira, diversas formas de indústria extrativista e saqueadoras. Há um metabolismo social mundial acelerado, exigindo produtos e mercadorias que são extraídos nas fronteiras de commodities, onde os conflitos são mais expostos e violentos. O Brasil é uma dessas fronteiras, e não é apenas aqui que os povos indígenas estão sendo pressionados. Mas aqui a situação é uma das mais graves de todas. Em nenhum lugar tantos indígenas estão sendo mortos. Segundo levantamento do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), 563 indígenas foram assassinados no Brasil nos últimos dez anos. Além da bala, há uma assustadora violência estrutural e também epistemológica em curso contra as sociedades indígenas, vistos como o "outro", sempre de maneira inferior e a ser subjugada, vistos como "empecilhos ao desenvolvimento". Agressões cotidianas que convivem com discursos vazios sobre o "bom selvagem" do imaginário.

Os índios não são nossos "irmãos", nem são os "outros". Os índios somos nós mesmos. É como
CONT.



cantou Fagner, "Somos todos índios", ou disse o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro, "no Brasil todo mundo é índio, exceto quem não é". E todos nós estamos sendo trucidados. As sociedades no Brasil, sejam indígenas ou não, estão submetidas a rígidos mecanismos de controle cada vez mais autoritários, que disciplinam a própria possibilidade de existir. Nesse sentido, defender as sociedades indígenas é uma defesa da sociedade.

Nunca antes na história desse país ocorreram tantos retrocessos em direitos e garantias de sobrevivência física e cultural as sociedades indígenas. Retrocessos que representam uma nova organização jurídica local para permitir a extração massiva a despeito dos direitos dos grupos sociais que vivem nessas áreas, em seus territórios tradicionalmente ocupados. Nem no Chile, onde os mapuches são considerados "terroristas", há um quadro político tão desumano como o que ocorre no Mato Grosso do Sul, onde 37 indígenas foram assassinados ano passado (também de acordo com relatório do Cimi).

Por que o Brasil é tão racista com os povos indígenas que vivem no País? Será que há um movimento fascista em curso no Brasil? Existe no Brasil de hoje um movimento político e ideológico que explicitamente promove intolerâncias e preconceitos, há tempos enraizados em nossa história, de modo a favorecer seus próprios interesses de classe?

Ao se analisar as recentes mobilizações ruralistas, em que latifundiários se organizam junto a produtores menores para lutar "contra o direito do outro", é possível temer sim a gestação desse movimento perigosíssimo de intolerância. Mas também é possível que o racismo exacerbado no Brasil seja uma ética justificada pelo bolso. Uma completa intolerância em aceitar que quem é visto como "outro" seja intitulado em posse de bens a quem estes, os "brancos", imaginam como seus. Isso é comum de se escutar no Mato Grosso, por exemplo, com a expansão da cultura e tradição racista dos migrantes sulistas, novos proprietários que, em muitos casos, cultivam um ar de superioridade e um olhar racista em relação aos antigos ocupantes destas áreas.

Os fazendeiros admiram raivosos a existência de áreas de cobertura florestal em posse de indígenas. É essa mensagem que pode transmitir, por exemplo, um convite distribuído pela Confederação Nacional da Agricultura para incentivar fazendeiros a aderirem a protestos com bloqueios de estrada e bloqueio de fornecimento de produção. Uma forma de um "lockout". A campanha, "Por Segurança Jurídica e Paz no Campo", continha um cartaz em que aparecia metade dele um líder xinguanu. E dividindo a cena, uma espécie de fazendeiro. Ao fundo do indígena abria-se uma bela aldeia xinguanu. Atrás do fazendeiro, um infinito mar de soja. A mobilização dizia-se "em defesa da propriedade", e também clamava um "fim dos conflitos no campo". Difícil imaginar que nada estava sendo pedido além de mais privilégios e benefícios. Sequer levava em conta a própria violência apresentada pela imagem do convite, expressamente racista. O panfleto fala que a terra indígena é entrave a produção, e que reclama da quantidade de terras indígenas, pois estes são "apenas" 0,42% da população, sem mencionar que a concentração de terras pelo agronegócio é infinitamente maior nas mãos de uma minoria. A fotografia que tenta sugerir uma "divisão", e uma cena que indica ser "pacífica", um fazendeiro dividindo espaço com um índio, na verdade é frontalmente contrária a própria existência das comunidades indígenas e seus direitos territoriais.

CONT.



É possível afirmar que esse movimento de "expansão de fronteiras" no Brasil é extremamente racista, remonta a Ditadura e segue se reproduzindo com extremo autoritarismo. Aquele em que migrantes se arvoram da grilagem e do saque dos recursos naturais, estabelecem violentos mecanismos de controle, e seguem para nova expansão. Como se o mundo fosse infinito. Deixam para trás terras devastadas, entregues ao especulador mercado de terras. Desvastam, queimam, destroem. Dilaceram uma rica diversidade ecológica e cultural, que é a floresta, para colocar fogo, deixar pasto por cinco anos, eventualmente trocar por soja, ou cana, em alguns casos abandonar uma terra arrasada, ou então apenas servir para a especulação ou mais alguns anos de uma produção intensa e predatória das riquezas do solo. As sociedades indígenas representam o oposto a esse movimento. Por isso são vistas como interferência inadmissíveis no processo de continua acumulação, acumulação por simples acumulação. O desenvolvimentismo do governo federal segue a mesma conexão com o Estado autoritário que promoveu este modo de acumulação primitiva. Como se atrevem os índios munduruku a quererem proteger uma cachoeira que dizem ser sagrada em troca de uma usina hidrelétrica, pensam os governantes em Brasília? Como querem os diversos povos que vivem no Xingu rejeitar a construção de Belo Monte, um imperativo de melhoria de suas vidas que, na verdade, está destruindo suas vidas? Qual o espaço do sagrado face ao imperativo do progresso, esse monstro armado pela indústria extrativista difícil de ser parado?

Mesmo quando acena em defesa das sociedades indígenas, o atual governo o faz com um passo para lá, e muitos outros para o outro lado. Assim pode ser interpretada a nova "regra" que o ministro da Justiça José Eduardo Cardozo pretende anunciar como a mais justa para se por fim ao sangrento conflito fundiário no Mato Grosso do Sul. Como os fazendeiros não admitem interferência em seus negócios, para devolver as terras da União para a própria União, em nome dos índios, só mesmo pagando. E pagando caro a eles.

A nova regra assume que, por exemplo, na terra indígena Buritis, do povo Terena, haviam sido expedidos pelo estado do Mato Grosso (antes da cisão do Sul), com aval da União. De acordo com a interpretação, isso caracteriza responsabilidade de ambos na titulação indevida. É dizer: "erramos". E as "vítimas" nesse processo, como caracteriza a regra, seriam os fazendeiros. Esses que ocuparam por décadas os territórios indígenas, destruíram as florestas, jogaram capim, plantaram soja, venderam madeira, e acumularam fortunas. Agora, por esse erro histórico que permitiu a exploração da área por um longo período, os fazendeiros vão ser indenizados através da transferência de Títulos da Dívida Agrária (TDA).

Esse acordo não é definitivo, mas seria uma forma de resolver o conflito sem mexer na Constituição, como tentam os ruralistas e o Congresso. Nas mesas de reuniões, tanto as lideranças terenas, quanto guarani e kaiowa, foram as figuras diplomáticas em busca de uma solução pacífica, elevando o patamar das discussões. Reuniram-se com fazendeiros, governo federal, inclusive com o chefe da AGU, Luis Inácio Adams, e ensinaram que ocupação indígena não é uma "invasão", e não permitiram que nenhum comentário ou insinuação racista saíssem ilesos. E os terenas, que tiveram suas vidas destruídas, vivendo na miséria, empurrados para as cidades? Vão ter seu território dilacerado de volta. O erro do Estado só é assumido por um dos lados do conflito que foi causado, sim, pelo Estado.

Em termos históricos, essa situação me lembra o processo pós-abolicionista. Recentemente foi
CONT.



divulgada uma pesquisa na Inglaterra sobre a vergonha colonial inglesa: encontraram os nomes dos proprietários de escravos que haviam sido indenizados pela abolição. Famílias hoje ricas teriam sido beneficiadas com fartas compensações por estarem "perdendo" seus escravos. Enquanto as famílias dos escravizados, que precisavam de recursos para conseguir mudar o destino de sua dominação, não receberiam nada. Apenas a alforria, como foi no Brasil.

O resultado é que as famílias ricas em todo o Reino Unido ainda desfrutavam do que foi repassado a eles como produto da escravidão, a título de "compensação". Os negros vítimas do processo escravocrata seguem excluídos.

Ainda que as situações sejam muito diferentes, há alguma analogia a ser feita no sentido de que aqueles que mais sofreram com o erro do Estado nas últimas décadas não serão recompensados ou beneficiados. Como os terenas vão conseguir reconstruir o território? Será possível nascer alguma vida sobre a terra massacrada pelo agronegócio?

Os terenas vão entrar no limbo dos projetos de etnodesenvolvimento do governo, que apesar de terem propostas interessantes para a autonomia e protagonismo dos índios, são de lenta consecução. Enquanto o agronegócio será recapitalizado pelo Estado para partir em busca de novas terras - ou mesmo investir em novos meios de seguir explorando as terras indígenas, como tentam os ruralistas com o debate em torno do PLP 227, que tenta abrir os territórios indígenas, através de uma mudança constitucionais, para novas formas de exploração.

Além do PLP 227, está em andamento, entre uma série de medidas jurídicas e novas "regras": a PEC 215, que transfere para o Congresso a revisão de todas as demarcações, o novo Código da Mineração, que o governo tenta aprovar a toque de caixa, a regulamentação do direito a consulta dos povos afetados por grandes projetos, a portaria 303 da Advocacia-Geral da União, que é um ato institucional contra os direitos indígenas. Argumentam os ruralistas que precisam de terras para alimentar o mundo. E essas terras estariam sob posse de seus "inimigos", aquelas sociedades que representam o que eles não aceitam, sejam indígenas, quilombolas, ou qualquer grupo social que seja um empecilho a seus negócios. Hoje, 30 milhões de hectares de terras no Brasil, que até pouco tempo atrás era cobertos de floresta, seja mata Atlântica, Cerrado ou Amazônia, estão habitados apenas por soja. Entre diversos usos industriais, a leguminosa serve de alimento para animais, especialmente porcos na China e na Europa.

É assustador imaginar que vastas áreas cobertas por tremenda diversidade ecológica tenham se transformado numa intensa unidade. Diversidade suprimida que não era apenas biológica, como pensavam os naturalistas, mas histórica e cultural a partir da relação com os povos indígenas que viviam lá. O drama, nesse sentido, é ainda maior. A soja, como outras commodities a exemplo do minério de ferro, cana, ou gado, serve de combustível para um motor de um processo de extrema violência.

O mundo é finito. A crise ecológica alerta para a ameaça da própria sobrevivência da humanidade. É um problema político urgente. Essa acelerada destruição do Planeta acendeu a luz vermelha sobre o futuro: não é possível continuar do jeito que está, com emissões de carbono em altíssimos níveis, um holocausto ecológico em todas as florestas, e massiva

CONT.



destruição das diversas culturas.

Para se ter uma ideia do tamanho da destruição massiva no Brasil, um antropólogo comentou comigo como os indígenas, em Cajamarca, nos Andes peruanos, estavam assustados com uma fumaça alaranjada em suas terras. Pensavam que era "agente laranja" lançado pelos Estados Unidos nas plantações de coca em regiões próximas. Na verdade, era fumaça das queimadas de Rondônia que haviam chegado até lá. "Mas o Brasil é longe!", teriam dito os índios. Ao que o antropólogo respondeu: "Mas a escala da destruição no Brasil é gigantesca, imensa".

Os mesmos que atacam os indígenas no Brasil são esses que estão destruindo o planeta. Há uma profunda correlação entre as sociedades indígenas e o meio ambiente, nesse sentido. Os mesmos que odeiam índios são aqueles que querem destruir a natureza. Unidades de conservação, terras indígenas e quilombolas são sempre os alvos de ataques dos ruralistas e dos panfletos midiáticos ruralistas. Tudo para ganhar dinheiro. Defender as sociedades indígenas é, portanto, defender a própria existência num planeta cada vez mais em risco de se tornar inabitável.

Hoje, é dia de defender os povos indígenas, em favor das sociedades.



Índios Guató estão sem água potável em Corumbá
SÍTIO MS REPORTER, 12.08.2013

Gerador que movimenta estação de tratamento de água queimou e não foi substituído

O Ministério Público Federal em Mato Grosso do Sul recomendou, em caráter de urgência, que a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), reative o abastecimento de água potável na comunidade indígena Guató, em Corumbá, que está há mais de 50 dias sem água potável.

O abastecimento de água foi interrompido devido à queda de energia elétrica, que danificou o gerador instalado na aldeia. O equipamento movimenta uma pequena estação de tratamento de água, que é bombeada diretamente do Rio Paraguai. Sem o gerador, os indígenas estão se abastecendo da água não tratada.

A Comunidade Guató ocupa a Ilha Ínsua, com 10.900 hectares e a 350 km de Corumbá, demarcada pela Funai em 1998. A viagem de barco até a ilha dura 36 horas.

A Sesai, órgão federal criada especificamente para tratar da saúde das populações indígenas, havia se comprometido com o MPF a solucionar o problema até 5 de agosto, mas não cumpriu o prazo. A Secretaria informou que há um aparelho novo em Campo Grande, mas não tem condições de levá-lo até a comunidade.

Caso a recomendação não seja acatada, o Ministério Público Federal poderá adotar medidas judiciais.

Comunidade isolada

Os índios da etnia guató estão instalados às margens do Rio Paraguai. Eles ocupavam as terras hoje pertencentes aos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Após serem expulsos de seu território e terem suas aldeias substituídas por fazendas de gado nas décadas de 1940 e 1950, os guató migraram para a periferia das cidades do Pantanal. Eles foram, então, julgados extintos. Somente em 1976, alguns indígenas guató foram encontrados em Corumbá e começaram a se organizar e lutar pelo reconhecimento de sua etnia.

São considerados, hoje, os últimos dos povos indígenas canoeiros que ocuparam as terras baixas do Pantanal. Eles vivem na ilha Ínsua, a 350 km de Corumbá, demarcada pela Funai em 1998. Para chegar até a ilha, de 10.900 hectares, é necessário viajar de barco - 36 horas de viagem - ou sobrevoar a região de helicóptero.



Estudos no Tapajós prosseguem a partir desta segunda-feira, 12

SÍTIO CANAL ENERGIA, 12.08.2013

Nenhuma frente de trabalho está localizada em terras indígenas. Retomada de atividades vai permitir conclusão de estudos de impacto que auxiliarão audiências públicas

Os estudos ambientais para os Aproveitamentos Hidrelétricos de São Luiz do Tapajós e de Jatobá, no rio Tapajós, localizados no Oeste do Pará, terão prosseguimento a partir desta segunda-feira, dia 12 de agosto. A retomada das pesquisas foi comunicada pela presidência da Fundação Nacional do Índio às lideranças indígenas da região. Nenhuma das 22 frentes de trabalho dos levantamentos está localizada em terras indígenas. A continuidade dos estudos é necessária para a complementação de levantamentos de dados e coletas de campos na região que não foram concluídos anteriormente nos períodos de vazante, seca e enchente. Os trabalhos precisam ser realizados nesses períodos para aproveitar as janelas hidrológicas do rio, evitando assim que os estudos sofram atraso de um ano já que essas janelas só ocorrem uma vez a cada doze meses.

A retomada das pesquisas permitirá que até o final do ano, o Grupo de Estudos Tapajós, coordenado pela Eletrobras, conclua os Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental, que serão enviados para análise do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Os estudos também trarão embasamentos às audiências públicas que serão feitas na região e às consultas públicas que serão promovidas pelo Governo Federal com comunidades indígenas, nos termos da Constituição Federal e da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho. Além dos levantamentos de campo, o cadastramento socioeconômico dos habitantes da região vai continuar e estão sendo realizadas pesquisas para a Avaliação Ambiental Integrada da bacia do rio Tapajós para o maior conhecimento do ecossistema da região. A investigação possibilitará um planejamento ambiental detalhado que considere a construção de usinas e de outros empreendimentos.

A expedição está dividida em duas equipes. A primeira vai concluir os estudos para o Aproveitamento Hidrelétrico de Jatobá, entre os municípios de Trairão e Jacareacanga. O levantamento, que ocorrerá entre a próxima segunda-feira 12 de agosto e 10 de setembro, vai mobilizar no pico da coleta, 130 profissionais, entre biólogos, assistentes de campo e pessoal de apoio e logística. Esse trabalho será feito no período de vazante, que ocorre entre a cheia e a seca do rio. Serão feitos estudos em 12 transectos, trilhas de cinco quilômetros de extensão, previamente delimitadas e autorizadas pelo Ibama para a coleta de material para as análises.

Já a segunda, composta por 80 pessoas, no pico das coletas, ficará encarregada da conclusão dos estudos do AHE São Luiz do Tapajós, entre os municípios de Itaituba e Trairão, nos períodos de seca e enchente – fase entre a seca e a máxima cheia do rio. Nesse caso, os estudos acontecerão entre 15 de setembro e 20 de novembro, com 10 frentes de trabalho.

CONT.



Os pesquisadores contarão com o apoio de equipes de segurança até o fim dos trabalhos na região. O objetivo é dar apoio logístico ao grupo técnico e proteção aos pesquisadores e auxiliares que irão fazer estudos durante cerca de 90 dias, inclusive à noite. Os levantamentos de campo são realizados ao longo da calha do rio, em locais de difícil acesso. Após o Ministério das Minas e Energia enviar ofício à Funai comunicando a retomada dos estudos ambientais, a presidente interina da Fundação, Maria Augusta Assirati, formalizou o prosseguimento das pesquisas às lideranças da Associação Indígena Pusuru e do Conselho Indígena Munduruku do Alto Tapajós.

As pesquisas também subsidiam o processo de consulta e diálogo do Governo Federal com povos indígenas e comunidades locais em relação a possíveis aproveitamentos hídricos no rio Tapajós e a formulação conjunta de ações para região. A proposta é realizar um processo nos termos da Constituição e da Convenção 169 da OIT para que os povos indígenas tenham acesso às informações e possam se posicionar sobre a possibilidade dos empreendimentos.



Encontro debate saúde e realidade dos Povos Indígenas

SÍTIO FOLHA DO MS, 12.08.2013

Entre os dias 7 e 9 de agosto, a Unigran sediou o I Encontro Nacional Psicologia, Povos Indígenas e Direitos Humanos e o II Seminário de Saúde Mental Indígena de Mato Grosso Do Sul, organizado pelo Conselho Regional de Psicologia – CRP14/MS. O evento discutiu a questão da saúde mental, dos direitos humanos e também da realidade atual dos povos indígenas no país.

O tema abordado na noite de abertura foi “A Realidade dos Povos Indígenas no Brasil: novos tempos, velhas práticas”. De acordo com o presidente do Conselho Federal de Psicologia (CFP), Humberto Cota Verona, há dez anos que o CFP vem acompanhando a temática indígena. “O Brasil traz uma história de violência e de exclusão contra os povos indígenas, mas estamos percebendo que apesar disso a sociedade está começando a compreender que esses brasileiros originários tem um papel importante com a sua cultura”, destaca.

Humberto Verona chama atenção para a atuação do profissional, não só de Psicologia, mas da área de saúde que atua nas aldeias. “É importante respeitar a cultura indígena. Não podemos levar a ciência do branco, a nossa ciência que é muito influenciada pela Europa e pelos Estados Unidos para dentro da realidade indígena. Mas o contrário, precisamos chegar com o espírito aberto para entender, porque são costumes muito diferentes, conceitos de relação social muito diferente e precisamos aprender isso, precisamos nos dar conta disso quando vamos trabalhar e se aproximar deles”, considera.

Saúde Mental nas populações indígenas

Dando sequência ao evento, uma mesa de discussão tratou do assunto “Situação Nacional da Saúde Mental nas populações Indígenas”. Esse debate contou com a participação de psicólogos e lideranças indígenas de várias partes do país. O psicólogo da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) e Ministério da Saúde, Lucas Nóbrega, conta que a finalidade foi identificar quais são os problemas que afetam a saúde mental dos indígenas. “Não só os agravos, mas quais os determinantes que estão por trás desses agravos. A gente vê que a questão da saúde mental ela se relaciona diretamente com as condições de vida das populações indígenas”, destaca.

Para Lucas Nóbrega há uma heterogeneidade na situação, já que são 305 etnias no país e cada uma delas tem suas características. “Cada uma com a sua cultura, com suas condições de vida é completamente diferente uma da outra.

Temos a questão geográfica que pode afetar a situação da saúde mental porque vai afetar o acesso da equipe de saúde, vai afetar acesso a bebidas alcoólicas, vai afetar circulação de pessoas para a cidade até a aldeia, vai ter aldeias que são mais próximas outras que são isoladas. Um indígena vai entender que aquele sofrimento que ele tem é decorrente de um

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 144 / 2013

Brasília, 13 de agosto de 2013.

feitício, outra etnia vai achar que é decorrente da bebida, então são concepções de saúde e doença completamente diferente entre as etnias”, explica.

A meta do evento foi levantar propostas e sugestões para apresentar durante a 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena, que acontecerá em novembro em Brasília. O presidente do CFP, Humberto Verona, conclui, “nós como brasileiros, precisamos sentar, fazer a roda e discutir abertamente, fazer circular, e temos que fazer juntos, indígenas com não indígenas, pensando daqui para frente os caminhos que são necessários, como estamos fazendo aqui”.



"Diversidades" traz a riqueza indígena para a Unicamp

SÍTIO TERRA DA GENTE, 12.08.2013

Artista plástico Elvis da Silva, pelo oitavo ano, centra sua atenção sobre a temática indígena

Até o final deste mês o Espaço das Artes da Faculdade de Ciências Médicas (FCM), da Unicamp, exibe a exposição "Diversidades", do artista plástico Elvis da Silva. Os quadros, que abordam a cultura indígena, foram a forma de celebrar o Dia Internacional dos Povos Indígenas, proclamado no último dia 9 pela Organização das Nações Unidas (ONU).

"Este é o oitavo ano que faço uma exposição para celebrar esta data e dar visibilidade à cultura indígena, presente em cerca de 70 países", lembrou Elvis. Desde 2002 ele tem uma produção intensa sobre esta temática.

Natural de Pirassununga, no interior de São Paulo, Elvis da Silva confessa que tem como seus temas preferidos a cultura indígena, a africana, a história do Brasil e de Campinas. O artista plástico trabalha com vários tipos de suporte, que vão de tintas ou pigmentos, a acrílico, aquarela, óleo, nanquim e grafite. É dele uma nova técnica de pintura, chamada de TOE (técnica de observação no escuro). O procedimento consiste em ativar, por meio de cores vibrantes, as células-cones responsáveis pela interpretação de cores, propiciando a ocorrência de alguns fenômenos óticos quando da fixação do olhar em um ambiente de penumbra.

A exposição "Diversidades" ficará aberta até o final deste mês, de segunda a domingo, das 8h30 às 17h30, no Espaço das Artes da FCM, localizado no saguão de entrada do prédio-sede da faculdade (Rua Tessália Vieira de Camargo, 126, distrito de Barão Geraldo, Campinas (SP). A entrada é franca.



Questão indígena: PEC 215 será discutida na Câmara nesta terça

SÍTIO NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 12.08.2013

O ministro da Justiça foi convidado para discutir o assunto com representantes das comunidades indígenas.

A Câmara dos Deputados vai discutir nesta terça-feira (13) a constitucionalidade da proposta que transfere do Executivo para o Legislativo o poder de decidir sobre a homologação de terras indígenas (PEC 215/00). Entre os convidados para a audiência pública, promovida pela Comissão de Legislação Participativa e pelo grupo de trabalho que estuda a matéria, estão o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, um jurista e um representante dos povos indígenas.

O grupo de trabalho foi criado em abril pelo presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, para tentar um acordo em torno da questão, depois que centenas de indígenas ocuparam o Plenário da Casa em protesto contra a proposta.

O deputado Domingos Dutra (PT-MA), um dos parlamentares que pediu a realização do debate, está convencido de que a proposta é inconstitucional. "Não tem sentido se perder tempo com uma emenda que é inconstitucional. As comunidades indígenas não vão aceitar, vão se manifestar do jeito que podem", alerta Dutra lembrando que essas comunidades indígenas são protegidas por tratados internacionais e que tem como órgãos fiscalizadores a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização dos Estados Americanos (OEA).

"A gente espera que, com esse debate, o grupo de trabalho possa opinar para a Mesa que a matéria não pode ir à frente porque fere a Constituição."

Na semana passada (22), deputados das frentes parlamentares de Apoio aos Povos Indígenas e de Defesa dos Direitos Humanos entraram com mandado de segurança, com pedido de liminar, contra a proposta, no Supremo Tribunal Federal (STF).

O objetivo é impedir a instalação de comissão especial na Câmara para analisar a matéria, próxima etapa da tramitação da proposta. O grupo argumenta que a mudança tende a abolir direitos e garantias individuais das populações indígenas, assegurados pela Constituição.

Já a Frente Parlamentar da Agropecuária luta pela aprovação da matéria, sob o argumento de que o Congresso representa diversos segmentos da sociedade e, portanto, seria a instância mais adequada para debater a homologação das terras.

Convidados

Além do ministro da Justiça, foram convidados para discutir o assunto:

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 144 / 2013

Brasília, 13 de agosto de 2013.

-
- o jurista Dalmo Dallari;
 - o autor da PEC, ex-deputado Almir Sá;
 - o professor da PUC-PR, ex-procurador do Paraná e ex-presidente da Funai Carlos Frederico Marés;
 - o relator da proposta na CCJ, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR); e
 - um representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib).

O debate – que foi solicitado pelos deputados Domingos Dutra, Lincoln Portela (PR-MG) e Celso Jacob (PMDB-RJ) - está marcado para as 14h30, no Plenário 3.

Fonte: Agência Câmara de Notícias



Indígenas realizarão protesto na Esplanada dos Ministérios nesta terça-feira (13)
SÍTIO BRASIL DE FATO, 12.08.2013

do Cimi

Cerca de 150 indígenas de diversos povos do país, além de apoiadores, farão na manhã desta terça-feira (13), manifestação na Esplanada dos Ministérios, em Brasília (DF). A concentração ocorrerá às 8h30, em frente à Catedral de Brasília, com passeata até a Praça dos Três Poderes. O objetivo do ato é protestar contra o PLP 227 e a PEC 215, com tramitações na Câmara Federal, além da Portaria 303 e a alteração no procedimento de demarcação de terras, medidas do Executivo. Os povos reivindicarão ainda a retomada das demarcações e homologações de terras paralisadas pelo governo federal.

O protesto é organizado pela Articulação dos Povos Indígenas Brasileiros (Apib). Do total de indígenas presentes, 100 são de povos da Bahia, entre eles os Pataxó e Tupinambá, do extremo sul, e Tuxá, do sertão. Outros povos presentes são: Kaingang (RS), Guarani Nandeva (RS), Guarani e Kaiowá (MS), Terena (MS), Huni Kuí (AC), Guajajara (MA), Fulni-ô (PE) e Tupinikim (ES). Outras comitivas devem chegar até amanhã, mas ainda não há confirmação.

Conforme as lideranças indígenas, a mobilização é fruto da atual conjuntura. Na Câmara Federal, a bancada ruralista pressiona para a tramitação de duas propostas consideradas negativas para a efetivação do direito a posse das terras tradicionais pelos povos indígenas, afetando também quilombolas e a criação de áreas de proteção ambiental. "São projetos que alteram a Constituição. Percebemos que o ataque visa a desconstrução definitiva de direitos. Acontece que isso é completamente ilegal", destaca Paulino Montejo, assessor da Apib.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215 visa transferir do Executivo para o Legislativo a demarcação e homologação de terras tradicionais, tanto para indígenas quanto para quilombolas, assim como a criação de áreas de proteção. "Basta ver quem tem a maior bancada na Câmara: os ruralistas. São eles que estão propondo isso. O que hoje se trata de um processo técnico, esses deputados querem que se torne um processo político", critica Sônia Guajajara, da Apib.

Já o Projeto de Lei Complementar 227 pretende criar lei complementar ao artigo 231 da Constituição Federal – "Dos Índios" – apontando exceções ao direito de uso exclusivo dos indígenas das terras tradicionais, em caso de relevante interesse público da União. Dentre as tais exceções está a exploração dos territórios indígenas pela rede do agronegócio, empresas de mineração, além da construção de empreendimentos ligados aos interesses das esferas de governo – federal, estadual e municipal.

"São ao menos duas afrontas: a primeira é contra a Convenção 169 da OIT, que exige a consulta prévia aos povos tradicionais afetados diretamente por medidas legislativas. A

CONT.



segunda é contra a própria Constituição, pois ela é clara quando afirma que a exceção ao usufruto exclusivo é da União, não de municípios, estados ou particulares”, analisa Adelar Cupsinski, assessor jurídico do Conselho Indigenista Missionário (Cimi). A opinião é defendida também por juristas, como Dalmo Dallari.

Executivo: um palácio anti-indígena

Se no Legislativo a investida contra o direito dos povos indígenas parte da maior bancada, a ruralista, no Executivo os dois principais ataques partem diretamente do Palácio do Planalto. A Portaria 303, da Advocacia-Geral da União (AGU), suspensa até o julgamento das condicionantes da Terra Indígena Raposa Serra do Sol (RR) pelos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), permite a construção de grandes empreendimentos em terras indígenas sem consulta prévia aos povos afetados, entre outras medidas. “Depois a SGPR (Secretaria Geral da Presidência da República) quer regulamentar a Convenção 169, sendo que permite a existência de uma portaria que a contradiz? É inaceitável”, afirma Montejo.

Ainda dentro do Palácio do Planalto, no Ministério da Casa Civil, a ministra Gleisi Hoffmann emprega parentes na Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), presidida pela senadora ruralista Kátia Abreu (PSD/TO), de acordo com reportagem da edição do último domingo do jornal Valor Econômico, e suspende demarcações de terras indígenas país afora com base em relatórios do Embrapa, que a própria empresa nega ter feito. E não para por aí.

Nos bastidores do Ministério da Justiça, grupo compõe proposta de alteração no procedimento de demarcação de terras indígenas, alterado pelo governo Fernando Henrique Cardoso com o Decreto 1775/96, já bastante contestado pelos indígenas. O ministro José Eduardo Cardozo e a presidente Dilma Rousseff já anunciaram que o governo realizará tal mudança, mesmo com a discordância das organizações indígenas. A falta de demarcações também é

“É um governo que demonstra servir aos interesses do latifúndio e do agronegócio. Todas as sinalizações são nesse sentido. A homologação e retirada dos invasores de Raposa Serra do Sol e Marãiwatsédé, que o governo se gaba de ter feito, foram determinações judiciais, do STF. Não existe vontade política em garantir os direitos indígenas. Nesse aspecto, os últimos 10 anos foram uma tragédia tanto quanto o que tinha antes”, destaca Montejo. O assessor da Apib justifica no número de demarcações e homologações.

Enquanto Fernando Henrique Cardoso publicou 118 portarias declaratórias e 145 homologações, no mesmo período Luiz Inácio Lula da Silva demarcou 70 terras e homologou 80. Já o governo Dilma indica que não chegará nem perto de seu antecessor: até agora foram 11 portarias e 11 homologações. Os dados são do Banco de Terras do Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Ou seja, em pouco mais de dez anos de PT no governo, 91 homologações e 81 demarcações. Em dois anos, Fernando Collor (1990-1992) homologou 112 e demarcou 58 terras.